

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

LULA LIVRE - 410

Pela mais ampla unidade e pelo fortalecimento do PT!

Em defesa dos trabalhadores e da democracia!

Lava Jato é fraude! Lula Livre já!

Pelo fim do governo Bolsonaro!

Sete pontos para o 7º Congresso do PT

1 – É central a luta contra o governo Bolsonaro, em defesa dos direitos e da democracia no país, que se concentra na exigência da imediata e incondicional libertação de Lula, com a anulação das condenações e a responsabilização dos atropelos jurídicos cometidos pela Operação Lava-jato sob o comando do ex-juiz Moro e seus asseclas no Ministério Público e na Polícia Federal – agora escancarados pelas revelações do The Intercept.

Esse é um governo autoritário, que tenta amputar os sindicatos e criminalizar o movimento popular, mas é frágil pela origem na fraude – com o “law fare” para a prévia prisão de Lula e depois as “fake news” -, e pela sua coalizão improvisada. Hoje, ele tenta forjar um movimento de rua para sustentar seu discurso para quebrar as organizações de classe que estão de pé, inclusive para tentar destruir ou ilegalizar o PT.

Na luta contra esse governo, não cabem depositar ilusões na cúpula militar, selecionada no bojo da equivocada ocupação militar do Haiti (Minustah), e reforçada por várias operações de GLO (“Garantia de lei e ordem”), onde agem internamente com os

mesmos métodos genocidas das PMs contra negros e pobres.

Temos clareza que um impeachment para alçar o vice Mourão continuaria a ser aplicado o mesmo programa, resultando na mesma crise para o povo.

2 – Sair da crise passa por defender e resgatar a soberania nacional, defender e resgatar as estatais estratégicas para o desenvolvimento – a reestatização da Vale, por exemplo, é uma questão de vida para os trabalhadores e o povo do entorno, e para a preservação ambiental contra a política predatória; assim como a recuperação da Petrobras e do marco regulatório do Pré-sal são vitais para o futuro da nação, como a defesa dos Correios, do Banco do Brasil, da CEF e de outras empresas contra a privatização do entreguista Bolsonaro.

3 – Sair da crise significa ter propostas de combate à estagnação que agiganta o desemprego e o desalento. Ter uma política de desenvolvimento do mercado interno que recupere o reajuste real do salário mínimo, enfrentando as exigências do mercado financeiro dos infundáveis superávits fiscais primários impostos pelo FMI, que privilegiam o pagamento dos juros da dívida aos bancos, em detrimento dos investimentos sociais. Entre essas propostas, se inclui a derrubada dos juros e o controle de capitais contra a especulação, assim como a revisão das isenções e “incentivos” federais e estaduais.

4 – Para sair da crise é preciso um outro governo: um governo democrático e popular encabeçado pelo PT, com Lula Livre, um governo que restabeleça os programas sociais legados por nossas administrações

em várias áreas – dos quais nos orgulhamos, desde o Mais Médicos até a expansão das Universidades Públicas (não precisamos enumerar aqui) -, que retome a demarcação das terras indígenas e defenda a Amazônia. Um governo que também revogue a reforma trabalhista, o teto de gastos (EC 95), a DRU (Desvinculação das Receitas da União) e todos os decretos anti-povo de Temer e Bolsonaro.

5 – Para avançar várias destas medidas e as reformas necessárias para um desenvolvimento soberano, como a agrária, da mídia, jurídica, tributária, e, inclusive, militar, se exige uma profunda reforma política do Estado que mude radicalmente as atuais instituições cúmplices do golpe, que são um entrave. O meio democrático de fazê-lo é através da convocação de uma Assembléia Constituinte Soberana, com a força e a legitimidade de um novo governo e com Lula Livre. A experiência mostra que pela conciliação não se avança muito, e que adiar as reformas populares necessárias acaba dando tempo ao inimigo.

6 – Um passo a preparar são as eleições municipais com uma política de candidaturas próprias do PT onde for possível, numa frente anti-imperialista contra Bolsonaro e os golpistas, abandonando aquele aliancismo sem-porteira e sem critério que fez tanto mal, e agora volta travestido de apoio a qualquer político que “esqueceu” do apoio dado a Bolsonaro. São necessárias alianças programáticas, “antiimperialistas” nos termos do 6º Congresso do PT, com partidos como PCdoB e PSOL e também setores populares do PSB, PDT e outros.

7 – Está na ordem do dia, aprofundar o caminho aberto no 6º Congresso na defesa do PT como partido

democrático, popular e socialista, onde a direção preste contas de seus atos aos militantes e filiados.

Nos primeiros meses de governo, Moisés (PSL) já demonstra o seu compromisso com o sucateamento do serviço público catarinense. Através da Reforma Administrativa, extingue secretarias e departamentos centrais no desenvolvimento e qualidade do serviço público para, ao fim, entregar os mesmos nas mãos da iniciativa privada.

Enquanto acaba com a estrutura do para economizar nas costas do povo, ataca também a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), cortando R\$ 47 milhões de verba, bloqueando o repasse do duodécimo para a entidade e colocando em risco o acesso à educação por toda a população.

Infelizmente, nossa bancada votou favorável à proposta, por unanimidade, não respeitando a decisão da executiva estadual – e muito menos o debate da base social do partido, de sermos uma oposição governo Moisés. Ela se posiciona com total compromisso com as medidas do governo federal na educação, em consonância com a EC 95 e os cortes nas universidades federais.

Em relação aos direitos trabalhistas, previdenciários e acesso a emprego, o cenário é o mesmo. Moisés não combate a situação de desemprego latente principalmente, entre a juventude, os negros e as mulheres, e apoia a Reforma da Previdência que levará todos os trabalhadores a trabalharem até morrer.

Organizar a luta contra os ataques do governo Moisés no estado, que aplica e apoia a cartilha nacional do governo Bolsonaro em seu governo.

